

DIREITO TRIBUTÁRIO II

Questões objetivas e subjetivas

1. O Município de COITÉ DO NÓIA adotou até 31/12/2005 o lançamento direto para o IPTU. Por força da Lei municipal n. 9.999, de 2005, o lançamento do IPTU em COITÉ DO NÓIA passou a ser realizado, a partir de 2006, na modalidade “por homologação”. A nova lei está em consonância com o Código Tributário Nacional e com a Constituição Federal?
2. A Constituição Federal atribui: a) à União competência para instituir o imposto territorial rural e b) aos Municípios a competência para instituir o imposto predial e territorial urbano. Qual a consequência da presença do termo “predial”, no IPTU, frente à sua ausência no caso do ITR?
3. “Possuir um patrimônio, composto de bens e direitos, no dia primeiro de janeiro de cada ano, superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais)”. Trata-se de uma definição juridicamente válida para “grande fortuna”, a ser introduzida em lei complementar, com o objetivo de se instituir o imposto sobre grandes fortunas?
4. O Município de JACARÉ DOS HOMENS estabeleceu a alíquota de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para o IPTU de imóveis residenciais e 1% (um por cento) para imóveis comerciais. Trata-se de aplicação juridicamente válida da progressividade para o IPTU? Explique.
5. Qual(is) a(s) providência(s) a ser(em) adotada(s) pelo Município de ATRÁS DO DESCOBERTO para receber toda a arrecadação do ITR em relação ao imóveis rurais existentes em seu território?
6. Por que o recebimento de indenização, em função de desapropriação de imóvel para construção de uma estrada, não implicará na incidência de imposto de renda?
7. Por que o recebimento de um prêmio em dinheiro, em função de sorteio em concurso de prognósticos, implicará na incidência de imposto de renda?
8. Explique porque o locatário não pode ser definido, por lei do Município de FELIZ DESERTO, como contribuinte do IPTU.
9. O imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI) incide sobre direitos reais sobre imóveis. Por que, na constituição de uma hipoteca, não incide ITBI?
10. Qual(is) dos seguintes impostos pode(m) ter alíquota ad valorem: a) imposto de importação; b) imposto de exportação; c) ITCD e d) IPVA? Explique.
11. () A prestação de serviço de transporte de pessoas realizada no interior de um município será tributada pelo ISS
12. () A prestação de serviço de transporte de pessoas realizada no interior de um município será tributada pelo ICMS
13. () Para que ocorra a incidência do ICMS na prestação de serviços de transporte é

necessário que mercadorias sejam transportadas

14. () Para que ocorra a incidência do ICMS na prestação de serviços de transporte não é necessário que mercadorias sejam transportadas

15. () Um bem móvel importado por pessoa física para uso não é mercadoria mas sofre a incidência do ICMS

16. () Um bem móvel importado por pessoa física para uso é mercadoria e não sofre incidência do ICMS

17. () A concessão válida de isenção do ICMS exige aprovação de convênio pelos Estados e Distrito Federal e dispensa lei estadual ou distrital no mesmo sentido

18. () A concessão válida de isenção do ICMS exige aprovação de convênio pelos Estados e Distrito Federal e lei estadual ou distrital no mesmo sentido

19. () A tributação pelo ISS atinge as atividades econômicas que envolvem bens imateriais

20. () A tributação pelo ISS atinge as atividades econômicas que envolvem bens materiais

21. () A tributação pelo ISS pressupõe a prestação de serviços com habitualidade

22. () A tributação pelo ISS não pressupõe a prestação de serviços com habitualidade

23. () O trabalhador autônomo, assim como o avulso, não é contribuinte do ISS

24. () O trabalhador autônomo, assim como o avulso, é contribuinte do ISS

25. () Uma das situações que enseja a instituição de imposto extraordinário é a iminência de guerra externa

26. () Uma das situações que enseja a instituição de empréstimo compulsório é a iminência de guerra externa

27. () O importador de produtos industrializados é contribuinte do IPI, mas a saída do produto de seu estabelecimento não é fato gerador do imposto

28. () O importador de produtos industrializados não é contribuinte do IPI, mas a saída do produto de seu estabelecimento é fato gerador do imposto

29. () O saque em caderneta de poupança, caracterizado como operação de crédito, enseja a cobrança de IOF

30. () O saque em caderneta de poupança não se caracteriza como operação de crédito e não enseja a cobrança de IOF

31. Numa determina operação existe concomitantemente a entrega de mercadoria e prestação de serviço (previsto na lista anexa à Lei Complementar n. 116, de 2003). O valor total da operação é de R\$ 200,00. A mercadoria X, entregue na operação, vale R\$

50,00 e o serviço Y, prestado na operação, vale R\$ 150,00. Nesse caso:

- a) não haverá recolhimento nem de ISS, nem de ICMS
- b) somente será recolhido ISS
- c) somente será recolhido ICMS
- d) serão recolhidos ISS e ICMS

32. Qual dos seguintes impostos possui função eminentemente extrafiscal:

- a. () de renda
- b. () sobre a propriedade predial e territorial urbana
- c. () de importação
- d. () sobre a propriedade de veículos automotores

33. Trata-se de alíquota ad valorem:

- a. () “tantos reais por quilo”
- b. () “percentagem sobre o valor do bem”
- c. () “tantos reais”
- d. () “preço normal de venda em condições de livre concorrência”

34. () A base de cálculo do ITR é o valor da terra nua (sem qualquer benfeitoria).

35. () A base de cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel (venda em condições normais de mercado).

36. A instituição do imposto sobre grandes fortunas pelo Distrito Federal, mediante lei complementar, é constitucional? Explique e indique o(s) dispositivo(s) constitucional(is) pertinente(s).

37. () A Constituição define o contribuinte do ITBI.

38. () A constituição de uma hipoteca viabiliza, mediante previsão em lei municipal, a cobrança de ITBI.

39. Qual das seguintes bases de cálculo não é adotada pelo imposto de renda da pessoa jurídica:

- a. () lucro real
- b. () lucro presumido
- c. () lucro arbitrado
- d. () lucro auferido

40. Para qual dos seguintes tributos a concessão de isenção envolve deliberação conjunta dos Estados e Distrito Federal:

- a. () IVA
- b. () IPI
- c. () ICMS
- d. () ISS